

CORREIO DE CAMPINAS

Arquivo Pessoal



Pastora tem quase 30 mil seguidores no Instagram

PL tem nova pré-candidata; função é ser escada I

Além de Debora Palermo, o PL de Campinas dispõe de mais uma pré-candidata à deputada estadual. Trata-se da pastora Guerli Herzog, palestrante, mentora e 'analista de temperamentos'. Mas, ao contrário da candidatura de Palermo, que é orgânica e que tem adesão popular, bastidores da Câmara dão conta de que a candidatura de Herzog é fabricada, a fim de alavancar os votos da sigla e aumentar a soma. A religiosa teria sido escolhida porque, além de chamar atenção, por ser alta, loira e articulada, é conhecida pelo clã Bolsonaro. Mas, ainda de acordo com os intramuros do Legislativo, a menos que Michele grave vídeos apoiando-a, Herzog será miolo de chapa.

PL tem nova pré-candidata

No meio político, especificamente, não dispõe, até o momento, de envergadura. No meio coach e em algumas igrejas talvez disponha. Fato é que para o Partido Liberal, em Campinas, a pré-candidata 01 segue sendo Palermo. Estão apostando bem nela. Inclusive, na campanha da legenda na TV veiculada esta semana, apareceu com Flávio.

Agência Brasil



Assim como Tourinho, Padilha também é médico

Padilha em Campinas I

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, estará em Campinas no sábado (9) para entregar equipamentos do SUS, incluindo ambulâncias e micro-ônibus do programa "Agora Tem Especialistas", que serão distribuídos a cidades da região. E, além da visita institucional, confirmou presença no encontro político na sede do Sindipetro (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação de Petróleo de Campinas e Paulínia) para fomentar a pré-candidatura de Pedro Tourinho (PT) a deputado federal.

Padilha em Campinas II

Tourinho foi vereador de Campinas por dois mandatos. Assumiu como deputado federal, em 2024, na condição de suplente. No mesmo ano, disputou a Prefeitura campineira. Obteve 123.500 votos e terminou a eleição em segundo lugar. Em 2022, foi o candidato a deputado federal mais votado na cidade, com 48.786 votos locais e 74.729 no Estado de SP.

PINGA-FOGO

Básico I

A iniciativa do vereador Ailton da Farmácia (PSB) de cobrar a Prefeitura pela ampliação da coleta seletiva mecanizada é um gesto de responsabilidade pública que merece reconhecimento. Ao solicitar informações sobre o que será feito quanto à demanda em áreas de intenso fluxo comercial, ele mostra a que veio.

Básico II

Mas, embora a postura do vereador seja louvável, denota a ausência de ações do Executivo. Não é função parlamentar ter que cobrar a Prefeitura de obrigações extremamente corriqueiras. A necessidade de questionar se não há mais instalação de contêineres demonstra o grau de ineficiência da zeladoria pública.

Básico III

O requerimento teve que apontar a carência de equipamentos na região da Vila Georgina e da Vila Ipê - que são densamente populosas. Também precisou pedir o número de pontos de coleta na cidade, qual o volume médio mensal de recicláveis recolhido e demais dados elementares.

Básico IV

A população não deveria depender de requerimentos da Câmara para que o lixo reciclável deixe de ser descartado de forma irregular. A expansão da coleta seletiva mecanizada para a totalidade dos bairros da Regional 9 é uma meta que já deveria estar consolidada por meio de um planejamento estratégico municipal.

Básico V

A maior parte da coleta seletiva em Campinas ainda ocorre pelo modelo porta a porta, recolhendo papel, plástico, vidro e metal - que são destinados a cooperativas. Mas, o serviço já dispõe de pontos de coleta mecanizada, com contêineres ainda em quantidade insuficiente pela cidade.

Básico VI

Em suma, a eficiência da limpeza pública é dever que exige ação do Executivo. A repreensão do vereador se faz necessária porque há inércia. Mas, é imperativo que a Prefeitura assuma seu papel sem a necessidade de ter que sofrer tantas reprimendas.



Justiça considerou improcedente pedido de Arthur do Val

Justiça rejeita recurso de Mamãe Falei contra Conti

Ex-deputado moveu ação contra vereadora por danos morais

Raquel Valli

A Justiça rejeitou o recurso do ex-deputado estadual Arthur do Val, o Mamãe Falei, contra a vereadora Mariana Conti (PSol), em um processo que ele moveu contra ela por danos morais.

A decisão foi expedida pela 5ª Turma Recursal Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que negou que a vereadora tenha que pagar a ele uma indenização de 50 mil. Com a negativa do recurso, a Justiça determinou que Do Val arque com o pagamento dos honorários advocatícios da defesa da vereadora, fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

A discórdia começou em 2023, quando o ex-deputado tentou entrar em uma ocupação urbana de Campinas, voltada ao acolhimento de mulheres vítimas de violência, e recebeu críticas diretas de Conti, que o classificou como explorador sexual, turista sexual e machista.

No julgamento inicial, em agosto de 2025, a juíza Gabriela Afonso Adamo Ohanian, da 2ª Vara do Juizado Especial Cível de São Paulo, entendeu que as falas da vereadora estavam protegidas pela liberdade de expressão e não configuravam ato ilícito.

Do Val recorreu, mas o Tribunal de Justiça destacou que o posicionamento de Conti foi uma reação aos atos provocativos e intimidatórios contra mulheres

em situação de vulnerabilidade social.

Conti declarou que o desfecho representa uma vitória contra a misoginia, e que o termo machista reflete a postura pública adotada pelo ex-deputado. "Essa conclusão é mais uma vitória contra esses misóginos que acham que suas ações nunca terão consequências. Chamar o 'Mamãe Falei' de 'machista' é só uma constatação de como ele se apresenta publicamente, nas redes sociais e na política", disse - evocando a cassação do parlamentar.

Cassado

Do Val teve o mandato cassado pela Alesp por quebra de decoro parlamentar, após o vazamento de áudios com conteúdo sexista direcionados a mulheres ucranianas. Em 2022, enquanto exercia o mandato, viajou à Ucrânia durante o início da guerra com a Rússia, sob a justificativa de prestar ajuda humanitária.

Mas, durante a viagem, fez comentários depreciativos sobre refugiadas ucranianas, gerando uma crise política e institucional.

O episódio resultou na desfiliação do Podemos e no processo de cassação na Alesp.

Em abril de 2022, ele renunciou ao mandato, mas a Casa prosseguiu com o julgamento, culminando na cassação dos direitos políticos dele por oito anos, tornando-o inelegível até 2030.